Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 16 Nº 33, Jul - Dez de 2024
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

O lugar do desejo no encontro cuidador e bebê: uma perspectiva histórica

The place of desire at carer meeting and baby: a historical perspective

Daniela Bridon[*]
Leonardo Brandão[**]

Resumo: O encontro entre cuidador e bebê está assentado em um percurso histórico iniciado desde que os bebês adentraram em instituições. O objetivo deste artigo, portanto, é traçar um entendimento sobre a construção histórica de alguns traços que se presentificam na lida institucional do adulto com o bebê e problematizar esse encontro a partir de conceitos psicanalíticos que embasam a construção do psiquismo no *infans*. Para tanto, buscamos identificar, por meio de legislações brasileiras sobre o cuidado com o bebê e em análise bibliográfica, traços discursivos que serviram para elucidar o lugar do desejo no encontro entre cuidadores institucionais e bebês.
Palavras-chave: Bebê; Educação; História; Cuidador; Psicanálise.

Abstract: The meeting between carer and baby is based on a historical journey begun since the infants entered institutions. The purpose of this article, therefore, is to draw an understanding about the historical construction of some traits that are present in the adult institutional relationship with the baby and to problematize this institutional meeting from psychoanalytic concepts that support the construction of the psyche in the *infans*.Therefore, we seek to identify, through Brazilian legislation on care with the baby and in significant articles of some historical moments, discursive traits that served to elucidate the place of desire in the encounter between institutional caregivers and babies.
Keywords: Baby; Education; History; Carer; Psychoanalysis.

[*] Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (1997), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2016). Tem experiência como docente de graduação e pós-graduação na área de psicanálise. É membro praticante da APPOA e do Instituto APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre).
[**] Doutor em História (PUC/SP) com pós-doutorado na UFMG. Professor do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e do curso de História da Universidade Regional de Blumenau/FURB.

Introdução

O encontro[1] que observamos entre cuidador e bebê na atualidade está assentado em um percurso histórico iniciado desde que, no Brasil, os bebês adentraram em instituições. O objetivo deste artigo, portanto, é traçar um entendimento sobre a construção histórica de alguns traços que se presentificam na lida institucional do adulto com o bebê e problematizar esse encontro institucional que, a nosso ver, não possibilita que o bebê, de modo geral, seja posto no lugar de sujeito-bebê, tampouco permite que os cuidadores que com ele trabalham possam reconhecer essa escolha profissional pela via do desejo. Para construir um novo lugar, é preciso desvelar certos significantes sobre esse cuidado. Para tanto, buscaremos identificar, por meio de legislações brasileiras sobre o cuidado com o bebê e em artigos significativos de alguns momentos históricos, traços discursivos que sirvam para elucidar o lugar do desejo no encontro entre cuidadores institucionais e bebês

Entendemos que os discursos proferidos pelos adultos no encontro com a criança estão articulados à produção de uma discursividade que se torna hegemônica em cada época, ainda que sempre existam dissonâncias: portanto, ler o social em seus mais diversos significantes permite escutar, naquilo que se repete, as possibilidades de laço entre os sujeitos em cada momento e também reconhecer o que disso se presentifica.

Os tratamentos dados a diversas problemáticas do social são realizados em uma trama de discurso que atravessa e sujeitos nela envolvidos. A subjetividade se constrói como um efeito discursivo e como um efeito de linguagem. Em nosso caso, estaremos enfocando os discursos que se tornaram hegemônicos do encontro institucional adulto e bebê em determinadas épocas da história do Brasil, mesmo que, neste caso específico, vozes dissonantes se fizeram presentes, e a dissonância se revela ao apontar para a subjetividade e o desejo que movimenta o encontro entre adulto – geralmente uma mulher – e o bebê, ainda que se busque anulá-los em favor de causas como o higienismo ou o cientificismo, como veremos.

[1] Sabemos, desde a psicanálise, que o encontro no sentido pleno não existe entre os falantes – o engodo produzido pelo discurso proferido pelo sujeito barrado torna a comunicação sempre fadada ao fracasso. O encontro que queremos aqui denotar se refere ao contato – mesmo que apenas físico – entre adulto e bebê.

Nossa proposta é entender esse encontro à luz da teoria dos discursos de Jacques Lacan (1972/ 1992) desde o momento em que adultos, para além dos outros parentais, se encontraram com o bebê e tiveram a incumbência de dele cuidar. Não pretendemos, portanto, construir uma história linear e evolutiva, pois entendemos que esse encontro carrega traços dissonantes ao longo do tempo e que, de alguma forma, se atualizam em nossos berçários na contemporaneidade. Dessa forma, nosso interesse é buscar os significantes que atravessam historicamente esse encontro e perceber neles se há permeabilidade para o desejo se fazer presente no laço cuidador e bebê.

O nascimento de um sujeito do inconsciente no bebê está atrelado a um conjunto discursivo, social e histórico, não anônimo, e sustentado por outros parentais que se referenciam ao desejo. Portanto, nos interessamos pela historicidade do encontro naquilo que se pode ver de sua estrutura, constituída em um tempo lógico, em que algo se repete, ainda que com enunciados diferentes. Assim, os discursos que consolidam o modo de cuidar e educar o bebê se enredam a diferentes concepções de sujeito que a cultura produziu, e essas concepções não se apagam quando outras se inscrevem, mas se relançam, produzindo novos significados para esse encontro.

A "ex-posição" do bebê ao desejo do adulto na roda dos expostos

Apesar dos bebês e adultos das instituições de acolhimento não serem o objeto deste artigo – e sim os bebês e professores das instituições educacionais – decidimos incluí-los por observarmos que o encontro institucional com o bebê contemporâneo preserva algum um traço desse momento histórico.

As primeiras instituições brasileiras voltadas ao cuidado de bebês e crianças receberam o nome de Casa dos Expostos, Roda dos Expostos ou ainda Casa da Roda – iremos aqui utilizar a nomenclatura Roda dos Expostos por considerá-la mais presente em relatórios de época e artigos analisados. Todas eram administradas pelas chamadas Santas Casas de Misericórdia, instituições católicas que se instalaram no Brasil desde o século XVI com o objetivo de cuidar dos desvalidos, entre eles os bebês abandonados em suas portas. A primeira Roda dos Expostos no Brasil foi criada em 1726, em Salvador/BA, e logo em 1738 foi criada outra, no Rio de Janeiro. Essa

iniciativa brasileira foi, segundo Torres (2006), um reflexo da iniciativa de outros países europeus, especialmente de Portugal.

As instituições portuguesas que acolheram diretamente crianças abandonadas foram criadas mediante os esforços somados da sociedade, do clero e da coroa. A ação decisiva foi iniciada pelas mulheres da alta nobreza que se apoiaram junto ao surgimento das Confrarias de Caridade, instituições de assistencialismo. Tinham como objetivo principal concretizar os ensinamentos do papa Inocêncio III, contidas nas "Obras de Misericórdia": 'Eu visito, sacio, alimento, resgato, visto, curo, enterro. Aconselho, repreendo, ensino, consolo, perdoo, suporto, rezo'. Essa tradição foi transmitida ao Brasil no século XVIII, "mais precisamente no ano de 1726, quando reivindicou-se à coroa portuguesa a permissão de se estabelecer uma primeira roda dos expostos na cidade de Salvador da Bahia, junto à sua Santa Casa de Misericórdia e nos moldes daquela de Lisboa" (MARCÍLIO, 1997, p. 56).

> A Santa Casa de Misericórdia difundida por vilas e cidades brasileiras foi um centro de convergência de ações e contribuições financeiras voltadas à guarda e organização dessas ações individuais ou de grupos. A motivação inicial de caráter religioso, na densa formação espiritual católica que caracterizou a sociedade luso-brasileira, transcendeu a salvação das almas e obteve grande repercussão na atitude social perante o menor e o abandono. Somente os estabelecimentos da Santa Casa do Rio de Janeiro receberam mais de cinquenta mil crianças enjeitadas entre os séculos XVIII e XIX, o que assinala a dimensão do problema. Em alguns centros urbanos, no século XVIII, até 25% dos bebês eram abandonados e cerca de 70-80% faleciam antes de completar sete anos (TORRES, 2006, p. 105).

Ou seja, a primeira instituição brasileira voltada ao atendimento de bebês tinha como objetivo explícito acolher bebês e crianças abandonadas por suas famílias a fim de promover sua sobrevivência, ainda que, muitas vezes, não conseguissem livrá-los da morte. Portanto, os primeiros encontros do bebê com outros para além dos parentais, organizados por instituições no Brasil, foram marcados pelo traço do "bebê abandonado", sem família e, portanto, sem nome, entregue à caridade daqueles que, por estarem filiados a instituições católicas, encontravam-se legítima e institucionalmente autorizados a seguirem os mandamentos do Papa: saciar e alimentar, bem como suportar e enterrar. Ou seja, quase um poder de vida e morte sobre os bebês e crianças expostas que, sem essa "caridade", poderiam entrar na

estatística dos "70 a 80% que faleciam antes de completar os 7 anos" (TORRES, 2006, p. 105).

A maior parte dos relatórios analisados afirma a dificuldade na criação dos bebês expostos por parte das criadeiras, dificuldade essa associada pelos relatórios à falta de condições materiais das mesmas, à falta de higiene e à impossibilidade de se construir um encontro afetivo. Venâncio (1999), autor do livro "Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX", aponta que os bebês criados nas casas das criadeiras não eram, muitas vezes, bem cuidados: "além de ser muitas vezes submetidos à amamentação artificial, nem sempre recebiam os mimos e atenções necessárias" (TORRES, 2006, p 111).

> Devido ao aumento da população e a notável divisão de classes muitas crianças passaram a ser abandonadas pelos seus genitores. Com o aumento dessa ocorrência no Brasil, a Santa Casa da Misericórdia sentiu a necessidade de recolher e abrigar essas crianças, por serem eles seres frágeis e dependentes. Sendo assim carecem de um tratamento especial e diferenciado, instituindo no Brasil a Roda dos expostos, que tinha por objetivo recolher e cuidar desses pobres enjeitados (NÓBREGA et al. 2009, p. 103).

O que nos interessa desse momento da história, em que se iniciou um trabalho institucional com bebês e crianças, é o que se pode ler dos discursos que sustentavam os laços sociais e de que forma eles legitimavam o desejo a operar. Como já colocado, essas crianças eram abandonadas ainda recém-nascidas e, na grande maioria, o motivo do abandono era em função de terem sido geradas em relacionamentos furtivos e extraconjugais. "Filhos bastardos originados em geral da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco, adotados por famílias de fazendeiros" (Mesgravis, 1975, citado por Oliveira, 2002, p.45). Podemos supor que o bebê, assim, ficava *exposto* às vicissitudes do adulto que dele se ocupava por ter sido abandonado. Esses eram os significantes que o nomeavam, no social, o bebê nas Rodas: expostos, pois enjeitados, abandonados.

Relatórios produzidos na Santa Casa de Misericórdia de Salvador/BA e de Rio Grande/RS – comentados em dois artigos[2] que utilizaremos como referência para

[2] Constatamos, na pesquisa que fizemos sobre a Roda dos Expostos, a praticamente inexistência de artigos que exploravam os relatórios sobre as relações entre os adultos e as crianças ali deixados.

nossa análise – observamos que eram mulheres da comunidade que cuidavam dos bebês postos na Roda. Os bebês eram recebidos primeiramente por freiras e mordomos[3], e esses os encaminhavam às chamadas criadeiras, mulheres da cidade que tinham como ofício criar as crianças até os seis anos, se fossem meninas, e os sete, se fossem meninos, recebendo um salário mensal. Criadeira é a "que cria bem, fecunda". A partir dessa idade, as criadeiras poderiam continuar com as crianças, mas sem a remuneração. Esses cuidados poderiam ser dados no interior das Rodas ou na própria casa dessas mulheres (TORRES, 2006), (NÓBREGA et al. 2009).

De acordo com os relatórios, essas mulheres eram escolhidas mediante alguns critérios, como apresentarem boa saúde, possuírem bom leite para amamentar os bebês e manifestarem para com as crianças "amor fraternal". Esperava-se socialmente que o bebê recebesse no encontro com esse adulto cuidados para além dos físicos, ou seja, também afetivos.

Independentemente das condições materiais e higiênicas que circundavam os bebês expostos, as criadeiras tinham a autorização social para receberem os bebês, cumprindo as palavras já aqui colocadas de Inocêncio III: vestir, saciar, alimentar, resgatar, curar, enterrar, aconselhar, repreender, consolar, suportar.

Os relatos encontrados demonstram que essa possibilidade existia, mas que não era a regra, especialmente se observarmos o elevado número de crianças que morria nas Rodas e se levantarmos a possibilidade da não assistência subjetiva, para aquém e além da objetiva, ser um dos possíveis fatores causadores dessa situação[4].

> Elas eram consideradas pela direção da Casa como mulheres "dispostas para trabalhar" e há relatos de criadeiras que se apegavam de tal maneira fraternal a esses seus filhos de criação, que se sentiam contrariadas quando presumiam que a criança seria retirada de seus cuidados. Muitas vezes elas preferiam abrir mão do pagamento que recebiam ao invés de abrir mão da criança para outra ama. Um exemplo disso aconteceu na penúltima sessão em que a mesa celebrou a 25/6/1884, em que a creadeira Joanna renunciou desde então sua

[3] O mordomo ocupa o lugar mais elevado na hierarquia do hospital, sendo responsável pelo desenvolvimento de todos os serviços, especialmente pelos setores médicos e administrativos. Pelos relatos encontrados, é um cargo exercido, na maioria das vezes, por homens com formação nos cursos de Administração ou Direito.

[4] De todas as categorias que formaram a população brasileira, incluindo a dos escravos, a dos expostos foi aquela que apresentou os maiores índices de mortalidade infantil e de mortalidade geral, pelo menos até o fim do século XIX. Não era incomum, nas Rodas de Expostos, a perda de 30% ou mais dos bebês, só no primeiro mês de vida. Mais da metade morria antes de completar o primeiro ano de existência.

> mensalidade pela criação da exposta Maria, que gratuitamente continuou a seu cargo (NÓBREGA et al. 2009, p. 5).

Podemos compreender que era desde um lugar parental que as criadeiras poderiam se posicionar no encontro com os bebês e era isso que o social delas esperava. Portanto, parece-nos que ocupar ou não essa posição no discurso social dependia muito mais das possibilidades subjetivas de cada criadeira. O acolhimento dos menores em instituições e por mulheres que se dedicassem a cuidar deles era tido como um ato de humanidade. "Essas mulheres cumprem os sagrados deveres de humanidade e da religião cristã" (NÓBREGA et al. 2009, p. 5).

Dessa forma, vemos duas posições aparentemente opostas no encontro do adulto com o bebê, mas percebemos que ambas possuem o mesmo traço: pela sua condição no laço social, o pequeno sujeito se encontrava assujeitado ao adulto, assujeitamento esse que lhe poderia render tanto o início de sua constituição subjetiva – no momento em que o adulto se enlaçava com a criança em função de sua própria posição subjetiva e, em última análise, de seu desejo – quanto os não cuidados, consequência também da total submissão a que esses bebês estavam expostos. Sem um balizamento a partir de referências simbólicas que localizavam os lugares desses sujeitos – ainda que restasse o indizível, impossível de nomear – poderiam coexistir o excesso pulsional para uns e o vazio de investimento para outros.

Interessante observarmos que uma situação bastante comum nessa época era a criança ser entregue à Roda sem identificação. Apenas em alguns casos havia, junto ao bebê, um papel com o nome e algumas características do mesmo – até porque algumas famílias o queriam de volta quando crescido. Mas, via de regra, era função da Roda "garantir a sobrevivência do enjeitado e preservar oculta a identidade da pessoa que abandonasse ou encontrasse abandonado um bebê" (TORRES, 2006, p. 107). Sem nome e sem marca filiatória – de fato, a posição de assujeitamento era primária.

Às mulheres cabia o cuidar, o assistir – nessas instituições, elas assumiam o cuidado das crianças. Ainda que sem balizas profissionais que referenciassem suas intervenções, talvez a educação da mulher comum e o desejo de cuidar bastassem para seu "ofício", já que outros discursos não se interpunham no laço, discursos esses

surgidos no Brasil no início do século XX e que pretendiam tornar a educação menos "amadora". Foi em busca de construir referenciais mais "profissionais" para o encontro adulto e bebê que a história da institucionalização dos bebês, a partir do século XX, se colocou.

A palavra exposto nos suscita duas interpretações: a primeira, de que o bebê está "ex-posto", ou seja, posto concretamente para fora e, consequentemente, assujeitado a algum adulto que dele possa vir a cuidar; a segunda, de que esse bebê fica à mostra, no sentido de estar submetido às vicissitudes de adulto institucional. Pensamos que a primeira interpretação não se presentifica na atualidade dos bebês em instituições escolares, mas a segunda interpretação se atualiza na contemporaneidade: é como *exposto* que o bebê é, de modo geral, recebido pelo adulto professor ainda hoje.

A condição psíquica do bebê é de assujeitamento a um outro, ainda que, em sua constituição pulsional possa se fazer mais ativo, também procurando reviver caminhos de satisfação já inscritos. Mas esses caminhos só poderão ser revividos se o outro com o qual o bebê se encontra permite a revivescência, ou seja, se posiciona no campo do Outro. Portanto, ao infans resta ficar à mercê das vicissitudes do falante que dele se ocupa. O que poder mudar é a consciência que o adulto tem de seu lugar na constituição psíquica do bebê, ou seja, a percepção de que o assujeitamento do bebê a ele é constitutivo desde que ele possa se reconhecer nesse lugar subjetivante. E isso não pode ser reconhecido se não estiver presente no discurso institucional e cultural.

Essa situação pela qual o bebê é recebido nas instituições, desde sempre, o coloca em um lugar de "abandonado" e mesmo de "enjeitado", de forma que escutamos com frequência de algumas professoras frases como "Tadinho, sua mãe o deixou aqui, mas a profe irá cuidar de você!", como se essa profissional fosse "salvar" o bebê de um abandono. Essa fala, a nosso ver, aponta para duas situações. A primeira, que as professoras possuem uma certa consciência de seu lugar próximo ao materno junto aos bebês. Mas a segunda aponta para um não reconhecimento dessa continuidade do lugar educativo e materno no manejo com os bebês como um lugar profissional. Ou seja, as professoras não reconhecem essa proximidade a partir de um ideal profissional construído do discurso cultural e institucional – e, portanto, como uma referência de trabalho, uma diretriz a organizar seu fazer. De modo geral,

reconhecem isso a partir de um outro lugar, mais primário, menos elaborado, mais pulsional. O que nos permite formular essa afirmação é a comprovação de que somente alguns bebês são elevados a essa condição de "serem salvos" ou "serem protegidos" de uma suposta ausência materna, e com esses o laço se faz a partir do discurso do Mestre e, muitas vezes, sem a Lei do incesto para barrar o laço, que fica "muito apertado". Como consequência, se observa algumas artimanhas da professora para se sustentar nesse lugar de "substituta materna", já que esse lugar não é reconhecido no discurso da cultura como um lugar profissional: é, portanto, um lugar-tabu, que faz os professores roubarem beijos dos bebês, como também notaram Kupfer e Lerner:

> Se não há autorização, as moções pulsionais só poderão aparecer como transgressão. Dessa forma, ou bem as professoras aceitam a pedagogização que incide sobre o laço que estabelecem com os bebês ou bem continuam desejando sob a forma de transgressão (KUPFER; LERNER, 2014, p. 226).

No discurso do Mestre, o agente[5], na condição de detentor de saber, embora reconhecendo essa impossibilidade, convoca o outro como escravo para que o satisfaça. Ora, parece-nos ser nessa posição de agente que o adulto pode – porque o social não se interpõe a isso – se encontrar com o bebê abandonado – dele posso tudo exigir, pois depende de mim para sua sobrevivência. É nesse lugar de total assujeitamento, de exposição, que os bebês são lançados no social, sendo possível advir daí um laço que permita a constituição do sujeito, já que é unicamente pela via da submissão – física e psíquica – que se poderia garantir alguma sobrevivência, ao menos em um primeiro momento. O discurso do Mestre é, por excelência, o da constituição do sujeito, "pois se trata de manter-se alienado ao outro como condição de subjetivação, supondo no Mestre o saber sobre si" (MARIOTTO, 2009, p. 82).

Mas, para que de fato haja subjetivação, o adulto que se posicionava nesse discurso precisava reconhecer a impossibilidade de tudo saber, sendo marcado pela

[5] Jacques Lacan, entre os anos de 1969 e 1970 proferiu seu Seminário XVII, nomeado O avesso da psicanálise, os chamados quatro discursos. De acordo com Lacan, há quatro posições possíveis para o sujeito ocupar no discurso: o Mestre, a Histérica, o Analista e o Universitário. Em cada um deles, há uma disposição em ordem de letras que produzem uma cadeia de fala: S1, S2, S barrado e a. E também há quatro lugares os quais essas letras circulam: o agente, a verdade, o outro e a produção. A estrutura do discurso é definida a partir da dominância de uma letra escrita no lugar do agente.

castração, pela falta para, então, poder operar pela via da subjetivação. Assim, "a posição do saber é encarnada, mas supõe o fracasso de todo saber. O Mestre é castrado e, por isso, dirige-se ao outro pedindo que lhe dê o que não tem. Assim, o outro é quem sabe como deixar seu mestre satisfeito" (MARIOTTO, 2009, p. 89). Por aqui vemos a dialética do discurso do Mestre que revela "a sua relação com o saber enquanto meio de gozo, pois trata-se de um saber sobre tudo, e aponta para uma verdade: a de que o mestre é castrado, pois ele se assujeita à Lei" (ALMEIDA, 2002, p. 101). Portanto, a posição discursiva em que o Mestre é o agente, para que de fato pilote um laço de subjetivação com o bebê, precisa estar organizada em torno da castração, ou seja, precisa que o outro, enquanto sujeito, se encontre com o bebê a partir de sua posição subjetiva, ou seja, enquanto sujeito barrado.

O saber higienista no laço cuidador e bebê

Algumas transformações decisivas no campo da Medicina e do Direito no início do início do século XX vão mudando os rumos da história das crianças abandonadas por suas famílias e expostas aos manejos institucionais das Rodas, bem como a lida com elas no interior das famílias de origem. Alguns instrumentos legais são criados, articulados a nascentes saberes médicos, que tanto visavam regulamentar o tratamento dado às crianças de modo geral, quanto referenciar a lida entre adultos e bebês nos cuidados primários, todos esses cuidados unificados pelo termo puericultura[6].

No Brasil, a história da puericultura tem início com Carlos Artur Moncorvo Filho (1871 – 1944), que fundou a partir de 1899 uma série de instituições destinadas à infância, como o "Instituto de Proteção e Assistência à infância do Rio de Janeiro" e o "Departamento da criança no Brasil". Seus "objetivos [eram] eminentemente pedagógicos, dedicados a apresentar os efeitos nocivos do alcoolismo, da tuberculose, da sífilis, do abandono material e moral das crianças e as soluções para tais problemas" (Medeiros, 2011, p. 1). Nessa época, os problemas que afetavam determinada classe social não eram entendidos como questões de ordem econômica-

[6] O termo puericultura significa criação, cultura da criança e foi utilizado pela primeira vez na Suíça por Jacques Ballexserd, em 1762 e persiste na Pediatria até os dias atuais como um conjunto de regras com graus diferentes de cientificidade, todas com o objetivo de assegurar o melhor desenvolvimento das crianças.

social, mas sim como problemas de higiene e de moral. Portanto, as soluções encontradas viam na higienização das relações – com o ensino de métodos de higiene e comportamentos moralmente aceitos, ou seja, "disciplinados" – um meio para resolver esses problemas.

> A ambição de Medicina em interferir na constituição das leis brasileiras faz parte do processo de medicalização da sociedade [...]. A partir da primeira década do século XX, a comunidade médica reclama autoridade para, juntamente com advogados, reivindicar e legislar em prol da saúde pública, a fim de controlar epidemias e os espaços insalubres da cidade (DIWAN, 2011, p. 94).

No contexto da Reforma Carlos Chagas, de 1923, foi criado pela União o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que passou a ter atribuições também voltadas para a proteção materno-infantil. Organizou-se no mesmo ano, dentro do DNSP, uma Inspetoria de Higiene Infantil, sob responsabilidade federal e dirigida por Antônio Fernandes Figueira, e outras associações foram criadas, a partir da iniciativa privada, a fim de buscar manter a saúde física das crianças e evitar suas mortes.

Em 1927, o Brasil consolidou seu primeiro Código de Menores, criando leis de assistência e proteção com o objetivo de regular e regularizar as condições de vida de crianças e bebês no laço com o outro, incluindo o outro institucional. Dos 231 artigos ali contidos, os treze primeiros tratam de crianças na primeira infância em situações de abandono. Uma das exigências desse código é que a criança com menos de dois anos encontrada em situação de abandono não seja destinada às Rodas, mas seja apresentada, pela família que a acolheu, à autoridade legal e se torne "objeto da vigilância e da autoridade pública, com o fim de lhe proteger a vida e a saúde"[7].

Nesses treze primeiros artigos aparecem cinco referências a aspectos da higiene a serem observadas na relação do adulto com a criança, higiene essa a ser vigiada pelas autoridades. O artigo 12 afirma que "A vigilância instituída por esta lei é confiada no Districto Federal à Inspectoria de Hygiene Infantil". Portanto, podemos afirmar que as expectativas postas socialmente no encontro adulto e bebê começaram a ser prioritariamente regidos pelos saberes ligados à higiene, aos cuidados físicos,

[7] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm, acesso em 13/02/2023.

sendo essa uma situação provavelmente decorrente do alto índice de mortalidade infantil da época e da chegada de novas ideias europeias provindas dos avanços da Medicina. De alguma maneira, passa a haver uma referência simbólica à lei para organizar o laço instituição e bebê.

Concordamos com Faleiros (1995) quando afirma que esse código incorporou "tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista" (p.63). Para tanto, previa "o acompanhamento das crianças e das nutrizes por meio da inspeção médica e da higiene" (PERES; PASSONE, 2010, p. 655).

Interessante observarmos o quanto os cuidados com a higiene são evidenciados nos berçários atualmente. Tanto diretores, coordenadores e professores quanto as próprias famílias condensam no corpo limpo o zelo, o cuidado e a proteção que se pode garantir aos bebês. A constatação da primazia do corpo limpo sobre outras expectativas quanto ao cuidado pode ser feita em qualquer observação de berçários Brasil afora. Inclusive notamos que a rotina, ou seja, a organização do tempo de permanência dos bebês em sala, gira em torno da troca de fraldas coletiva. Assim, podemos constatar que a higiene foi o primeiro elemento a ser considerado em uma busca de relação mais regulamentada com os bebês, datando do início do século XX, e continua, nos dias atuais, sendo o primeiro elemento a ser avaliado quando se quer um bebê cuidado.

As ações dos pediatras do início do século XX, voltadas para a nascente saúde pública das pessoas comuns, especialmente as provindas de classes menos favorecidas, também visava ao ensinamento das mães de como cuidar de seus bebês, como podemos acompanhar nas palavras do médico pediatra Gastão de Figueiredo, profissional da Inspetoria de Higiene Infantil, que em 1933 publicou sua "Conferência Nacional de Proteção à Infância".

> Assim habilmente educado o espírito das mães consegue-se, não raro e ao cabo de porfiado labor, que elas pratiquem, geralmente sem convicção, é bem certo, automaticamente, mais vezes, por efeito de repetição, os ensinamentos divulgados. Todavia, em muitos casos, o resultado já se mostra paralelo ao esforço. A frequência com que muitas voltam ao consultório de higiene infantil interessadas apenas em apreciar o desenvolvimento dos filhos em face do aumento progressivo da curva ponderal, comprova-o plenamente (FIGUEIREDO, 1933, citado por FILHO et al. 2007, p. 406).

Afirma Figueiredo em 1933: "todo movimento social em favor da infância só produzirá resultado positivo, se os benefícios prodigalizados forem veiculados através do consultório de higiene infantil" (FIGUEIREDO, 1933 apud FILHO et al. 2007, p. 407). Essa intromissão no laço mãe bebê em nome da higiene colocava a criança em um lugar de objeto capaz de, se bem manipulado e higienizado, se constituir enquanto um novo sujeito saudável – sendo os representantes de "saúde", "racionalidade" e "moralidade" ditados pelos ideais higienistas e cientificistas europeus que aqui chegavam e instituídos rigidamente pelas legislações vigentes.

Se antes dessas transformações no panorama cultural e social brasileiro, movimentadas pelas postulações no campo da Medicina e do Direito, a instituição voltada a acolher o bebê abandonado era a Roda dos Expostos, por mulheres que se candidatavam a deles cuidar por parcos salários, após o impacto do ideário higienista e eugenista europeu no Brasil , o encontro adulto estranho e bebê precisou se reorganizar face à primazia do corpo limpo e desfiliado, rumo à construção de um Brasil industrializado e moderno. Portanto, podemos afirmar que os cuidados do adulto com o bebê também começavam a obedecer aos ditames do que Foucault nomeou de biopoder, tal como aponta a historiadora Pietra Diwan,

> Constituído no final do século XIX e impulsionado pelo desenvolvimento do capitalismo, o biopoder garantiu a manutenção das relações de produção e o crescimento da economia. Os investimentos sobre a vida e a morte significavam o direito de "causar a vida ou devolver a morte". Tratava-se de um investimento direto no corpo do indivíduo através de estratégias para extrair e desviar a potência de cada uma das instituições de poder como a família, a escola, a polícia, a medicina, entre outras tantas. Em suma, de tornar a vida objeto essencial de poder e, por conseguinte, o corpo um dos principais alvos de seus investimentos (DIWAN, 2011, p. 97).

Assim, a lida com os bebês passa a ser referenciada, desde o início do século XX, pelo discurso da ciência, que busca higienizar, disciplinar e ensinar a partir de um saber generalizante, totalizante e, ao mesmo tempo, frágil para sustentar um laço especialmente com os bebês. Observamos aqui o contexto para a profusão do discurso Universitário "cientificamente" legitimado como a base para o que se considera como "profissional" na educação com bebês, embora o laço com eles esteja fragilizado e a maior parte das professoras não se identifique com essa função – talvez por não

conseguirem fazer com que o bebê, no lugar de outro, se subordine a um saber que se quer sem furos e impessoal. Se os saberes higienistas puderam referenciar o laço adulto e bebê para além de um desejo desmedido pela *ex-posição;* a balança pender em demasia para a separação dos corpos prevista pela ciência também produz consequências.

A assistência da creche

O final do século XIX e especialmente o início do século XX foi marcado pelo surgimento das fábricas no Brasil e, com elas, da mão-de-obra assalariada, incluindo a das mulheres. O nascimento das fábricas é concomitante ao nascimento das creches no Brasil. Concordamos com Oliveira (1988) que o início da organização de cuidados realizados por outros adultos que não os familiares e destinados a crianças não abandonadas estava articulado com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Foi no interior dessas fábricas que nasceram as primeiras creches brasileiras, muito em função da reivindicação de trabalhadores, homens e mulheres, que exigiam que adultos desconhecidos – ou seja, não familiares – fizessem algo pelos seus filhos para que eles pudessem trabalhar.

A primeira creche que se tem notícia foi criada no ano de 1899, no Rio de Janeiro. A indústria Companhia de Fiação de Tecidos Corcovado foi a primeira a engendrar uma creche para os filhos de seus operários (KUHLMANN JÚNIOR, 1991). Mas, antes que as creches se tornassem uma realidade no cenário de assistência à infância – ainda que, nesse primeiro momento, sob a responsabilidade do setor industrial – o que ocorria eram "soluções emergenciais criadas pelas próprias mães em seus núcleos familiares ou oferecidas por outras mulheres que se propunham a cuidar dos seus filhos em troca de dinheiro" (OLIVEIRA, 2002, p. 45). Assim, o que ocorria nesses encontros adulto e bebê ainda se pautava em um jeito caseiro e amador de lidar com as crianças.

Em 1943, Getúlio Vargas criou a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – e uma das leis obrigava os donos de empresas que contratavam mulheres em idade fértil a criarem creches para bebês até os seis meses de idade, exclusivamente para os filhos dessas mulheres, garantindo assim o direito à amamentação. Tal lei isentava a esfera pública, em âmbito federal, estadual ou municipal, de qualquer iniciativa nesse campo, bem como não se preocupava com a construção de referenciais educacionais

para nortear o trabalho realizado com os bebês, ainda que assegurasse a eles o direito à amamentação, ou seja, ao corpo vivo, controlado pela verificação da saúde da mulher (OLIVEIRA, 2008, p. 3).

Esse momento da história dos cuidados com crianças em âmbito institucional ficou nomeado como "fase assistencialista", dada a importância atribuída aos cuidados físicos com as crianças. Sabemos, a partir da psicanálise, que essa via de cuidados corporais pode ser um caminho para a libidinização do corpo e o consequente início da subjetividade do bebê. Entretanto, os discursos higienistas e moralistas se esforçavam para colocar a moral no seio dos encontros adulto e criança, de alguma maneira organizando esse encontro institucional.

Quando olhamos a relação dos professores com os bebês, evidenciamos, de modo geral, a preocupação institucional com o corpo biológico, anatômico e fisiológico, sendo que o corpo pulsional se mostra quando a professora se coloca com o bebê a partir de sua posição subjetiva. A teoria freudiana da sexualidade (FREUD, 1905/2006), desde o seu início, foi desenvolvida com a construção de uma metapsicologia que se confronta com a biologia, opondo campo psicanalítico e campo biológico. "O corpo a que se refere a psicanálise é o corpo enquanto objeto para o psiquismo, é o corpo da representação inconsciente, o corpo investido numa relação de significação em seus fantasmas e em sua história" (LAZZARINI; VIANA, 2006 p. 242).

Neste momento histórico brasileiro, em que o corpo do bebê precisava de assepsia em várias dimensões, a família passou a ser um dos focos privilegiados do ideário médico-higienista. Com o intuito de proteger a criança da nocividade do meio familiar, que até então funcionava em torno do pai e não da prole, a infância passou a ser apropriada pela nova ordem e considerada como público alvo para se construir um "novo Brasil". "Um novo sentimento destinado à infância, contrário à paparicação, pautado pelos ideários dos moralistas, fará da infância objeto de estudo, instrução e escolarização" (ANDRADE, 2009, p. 51). Rui Barbosa, representante das elites brasileiras no início do século XX, caracteriza ser a ignorância popular "a mãe da servilidade e da miséria: a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação, o formidável inimigo, o inimigo intestino que se asila nas entranhas do país" (BARBOSA, 1946, p. 121-122). Ou seja, o saber do Mestre não bastava mais para se lidar com os bebês – era preciso um outro discurso, que os objetalizava.

Se, de um lado, as creches estavam se consolidando para acolher crianças de famílias operárias, mantendo uma lida familiar e assistencial, cuidando do corpo vivo, pulsional, por outro também serviram como campo para propagar em demasia os ideais higienistas europeus, fundamentados em conhecimentos científicos chegados ao Brasil a partir da década de 1930. O aparecimento das creches nessa época revelava uma preocupação médico-higienista em que o grande tema da assistência à infância era a mortalidade infantil (KUHLMANN JÚNIOR, 2001). Assim como a aposta na escola primária enquanto campo para a disciplinarização dos corpos. Ao argumentar sobre a importância do ingresso da disciplina de Educação Física nas escolas, o grande representante da intelectualidade brasileira Rui Barbosa (1946) associa, em uma só frase, a moralidade, a obediência e a insensibilidade com as futuras famílias, novas por se adaptarem a esses preceitos republicanos e científicos.

> Dando à criança uma presença erecta e varonil, passo firme e regular, precisão e rapidez de movimentos, prontidão no obedecer, asseio no vestuário e no corpo, assentamos insensivelmente a base de hábitos morais, relacionados pelo modo mais íntimo com o conforto pessoal e a felicidade da futura família, damos lições práticas de moral talvez mais poderosas do que os preceitos inculcados verbalmente (BARBOSA, 1946, p. 98 - Grifos nossos).

Assentar "insensivelmente a base de hábitos morais" seria retirar de cena qualquer sensibilidade, *ama*-dorismo e familiaridade no encontro adulto e criança que provocasse apelo ao que não seria considerado moral: assim, podemos supor que passa a compor os discursos sociais que referenciam o encontro adulto e criança a marca de que, quanto mais insensível, mais profissional e menos amador esse adulto se torna, só assim sendo possível a criação de um corpo moralmente obediente e, em última análise, esvaziado de subjetividade.

> Mas a ambiguidade contida no termo 'amador' permite-nos conjecturar se não há subliminarmente, nesse projeto de cientificização, o desejo de excluir da ação educativa aquilo que é da "dimensão do amor", sob pretexto de que, desse modo, a ação educativa se torna mais profissional, mais "técnica" (VOLTOLINI, 2011, p. 243).

A ambiguidade contida no termo "amador" e apontada por Voltolini denuncia, no projeto de cientificização, a busca pelo profissionalismo do adulto, profissionalismo esse que necessariamente nega os afetos envolvidos no ato educativo ou, no mínimo, não os considera como necessários para que a própria educação se coloque.

A "pedagogização" da creche: e o desejo?

Mesmo com todas essas regulamentações em torno do cuidado institucional, os bebês nunca foram o público principal atendido nas creches, mas sem um discurso que legislasse sobre a especificidade de seu desenvolvimento, de seus cuidados ou de sua educação. Ou se importava o modelo educacional organizado para as crianças de quatro a seis anos, ou se permanecia no "ama-dorismo" nos encontros professora e bebê – no primeiro caso, predominando a racionalidade pela disciplina; no segundo, fiando-se nas condições subjetivas de quem cuidava dos bebês.

Neste momento histórico se observa uma tentativa pequena de inserir na organização da creche tarefas tipicamente pedagógicas, apoiadas pela ciência psicológica – que visava ao desenvolvimento de capacidades intelectuais e sociais na criança, sempre marcadas pela compensação de um desenvolvimento que a família, especialmente na figura do provedor, não conseguiu assegurar (OLIVEIRA, 2002).Ou seja, a creche estava aliada a um regime disciplinar que via nas crianças sujeitos tortos que precisavam ser consertados e iniciados para se tornarem indivíduos autônomos.

A década de 1970 acompanhou o desenvolvimento intenso do setor privado na educação pré-escolar. As escolas direcionadas para as classes média e média alta procuravam atrair as famílias afirmando que suas práticas eram de cunho pedagógico, ao contrário do que ofereciam até então as creches.

Segundo Aguiar, essas pré-escolas "utilizavam o termo 'pedagógico' para atrair as famílias ricas, como uma atribuição do jardim da infância para estes, que não poderia ser confundida com as creches para os pobres" (2001, p. 4). A partir daqui se aliou o discurso pedagógico com o status social que sua cientificidade e moral podiam oferecer.

Estimulado por esse desenvolvimento do aspecto educativo no setor privado, houve nas camadas menos favorecidas economicamente da população uma reivindicação por creches com mais qualidade na lida com crianças, qualidade essa que significava mais atenção às questões pedagógicas. "Nesta década também o Movimento de Luta por Creches, criado oficialmente em 1979 como resultado do primeiro congresso da Mulher Paulista, cresce e se desenvolve" (AGUIAR, 2001, p. 4). Assim, a segunda metade da década de 1970 foi um período de crescimento intenso de creches também no setor público, crescimento motivado pela luta da classe trabalhadora, incluindo as mulheres que arregimentavam o movimento feminista no Brasil, ainda que apenas na Constituição de 1988 se tenha incluído a educação de crianças de 0 a 6 anos, como um dever do Estado (Constituição, 1988, artigo 227).

Essa constituição inaugurou um novo momento na história da legislação infantil ao reconhecer a criança como cidadã. Com ela, as creches começaram a ser consideradas pelas políticas públicas como instituições educativas, da mesma forma que estabeleceu a responsabilidade do Estado pela educação infantil em creches e pré-escolas, apontado no artigo 280, inciso IV. "Até 1988, havia o predomínio da ação da assistência social à infância desenvolvida por várias instituições, como os asilos infantis (século XIX), as creches, as escolas maternais e os jardins de infância" (ANDRADE, 2009, p. 91).

Gostaríamos de ressaltar dois aspectos desse momento da história. O primeiro deles diz respeito à valorização da entrada da pedagogia guiando os passos do encontro professora e criança, inversamente proporcional à orientação assistencialista, baseada em cuidados, como aponta Aguiar (2001). Podemos deduzir que, quanto mais profissionalismo, mais o encontro era visto como pedagógico, ainda que esse trato profissional retirasse da cena a valorização dos cuidados com o corpo, especialmente o pulsional. Ainda que saibamos que os cuidados meramente físicos do bebê não garantam a instalação do circuito pulsional, são nesses momentos de cuidar – higiene e alimentação – que o investimento pode atravessar o encontro, gerando daí o laço primordial tão necessário para o início da constituição do sujeito.

O distanciamento no encontro professor e bebê, fundamentado pelas ciências médica e pedagógica em nome do movimento higienista, eugênico e disciplinarizador garantia, aos olhos do Outro social, o profissionalismo do adulto professor. A questão

é que para não ser mais "ama-dor" foi preciso jogar o amor fora! Da mesma forma, podemos também observar o quanto a educação, para ser considerada profissional – portanto, pedagógica – precisou subtrair os aspectos subjetivos do encontro professor e criança. Mas não se pode retirar os aspectos subjetivos do encontro com o outro e o acompanhamento do encontro entre professora e bebê na contemporaneidade vem mostrando isso, ainda que de forma, muitas vezes, conflituosa, como apontamos no início desse artigo.

O segundo aspecto se relaciona ao movimento feminista, bastante estimulador da "profissionalização" das creches. O aumento das preocupações educacionais na escola, sejam elas privadas ou públicas no Brasil, é proporcional à reivindicação feminista de que mulheres também têm lugar no mundo do trabalho e, por isso, o Estado e os empresários devem se colocar a sustentar o cuidado com as crianças, distanciando os pais e a família dessa incumbência. Observamos esse pensamento em um trecho retirado de um jornal de 1976.

> Achamos que nós mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida [...]. É passível que nos perguntem: mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos? Nós respondemos: o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares (ROSEMBERG, 1989, p. 97).

É notável, no trecho acima, a percepção de que, sem as mães em casa, os filhos ficam abandonados; então, torna-se necessária a construção de creches para acolhê-los, a fim de que as mulheres possam se preparar para enfrentar a vida, tanto quanto os homens. Parece ser em torno de um falicismo que muitas mulheres se demitem de sua função materna e demandam que outras – do domínio público – cuidem de seus filhos: querer ser igual ao homem é buscar não reconhecer a diferença, tão fundamental para a inscrição da castração no psiquismo. Especialmente a diferença sexual.

Como vimos, a partir da década de 1920, essas duas ordens – a médico higienista e a pedagógica – alinhavaram o contorno do encontro professor e bebê, alinhavo observado até os dias atuais. Mesmo que a partir da Constituição de 1988 um longo caminho tenha sido trilhado em prol da profissionalização dos professores

de Educação Infantil e muitas técnicas tenham sido construídas nesse campo, observamos que elas se fizeram, no Brasil, sob essa matriz histórica que agrega, de uma só vez, o higienismo e o cientificismo – ambos construindo para o encontro professor e criança um profissionalismo asséptico e assubjetivo e incluindo crianças de 0 a 6 anos na mesma categoria "Educação Infantil", procurando extirpar o assistencialismo do encontro professor e bebê. Não posso valorizar uma assistência ao bebê e à criança se quero ensiná-lo a ser autônomo. Assim, quando mais "acadêmico" for o professor, mais preparado estaria para educar a criança e, por extensão, o bebê. Fazer evoluir a educação infantil é fazê-la girar em torno do conhecimento científico sobre a criança, de forma que nomear de "creche" uma instituição é produzir uma ofensa aos que nela trabalham, como podemos notar no trecho abaixo, proveniente de um artigo produzido no interior de um programa de mestrado em educação brasileiro.

> Não se pode negar a grande evolução das instituições de ensino infantil, tampouco a evolução da formação de profissionais a ela destinados, porém é muito comum encontrarmos locais nem tão preparados assim que continuam priorizando o aspecto cuidado em detrimento do aspecto educativo (FULLY; VEIGA, 2012, p. 92-93).

Mas cuidar do corpo vivo é educar! É ser partícipe de sua constituição psíquica. É ajudar a abrir espaço para que um sujeito do desejo comece a se instalar no infans.

Nos anos de 1980, dos 20% das mulheres que participavam da força de trabalho, 80% pertenciam à camada economicamente menos favorecida, e cada vez mais a creche se constituía como uma solução real para a educação de seus filhos. Aqui se iniciou um movimento para tornar o espaço da creche mais educativo e que levasse em conta a criança e seu desenvolvimento. Em um artigo publicado em 1981, proveniente da I Conferência Nacional de Educação, promovida pela PUC/SP e realizado em 1980, as autoras Maria Malta Campos, Maria Helena Souza Patto e Cristina Mucci – esta última participante do Movimento de Luta por Creches de São Paulo – discutem o panorama das creches e pré-escolas paulistanas, denunciando a desvalorização da relação mãe e criança pelo setor público e empresarial da sociedade.

> As creches foram criadas principalmente para resolver a necessidade da mão-de-obra feminina. A preocupação com o que acontece com a mulher trabalhadora, enquanto mãe, é praticamente inexistente nos programas de atendimento às crianças de zero a seis anos. O que se tem em vista é liberar essa mãe de seu papel materno, durante o dia, para que ela possa vender baratíssima a sua força de trabalho. Daí resulta a separação das crianças, durante muitas horas do dia, do contato com sua mãe [...]. Sabemos também que esse relacionamento é muito lesado a partir do momento em que a criança muito pequena é colocada numa creche e a mãe vai trabalhar (CAMPOS et al. 1980, p. 39).

Assim, nessa década diversos movimentos em torno de várias ciências, especialmente da pedagogia e da psicologia, começaram a se atentar para a qualidade do encontro professor e criança – incluindo o bebê. O cenário econômico brasileiro – que não podia prescindir da mulher para sua consecução, pois essa "é cada vez mais chamada a participar da luta pela sobrevivência da família" – e a realidade das creches enquanto "algo necessário e muito vinculado ao problema da mulher que trabalha" levaram o Estado a colocar a creche sob responsabilidade da Secretaria da Educação. Com a promulgação da nova Constituição – a anterior fora criada pelo governo militar em 1967 – a creche passou a ser vinculada à educação e considerada um dever do Estado. Somente nessa época, no Brasil, a organização e o funcionamento da creche passaram a se submeter ao setor educativo e visavam, ao menos em tese, ao desenvolvimento integral da criança e sua aprendizagem.

O que observamos nesse contexto foi uma separação no atendimento de crianças de zero a três anos e de três a seis anos, as primeiras constituindo o atendimento nas creches e as últimas, na chamada pré-escola. Com isso, se potencializou a ideia – já nascida da década de 1970, com a noção de educação compensatória – que a pré-escola poderia prevenir possíveis fracassos da criança em sua escolarização no ensino básico. Essa visada começou a atrair a atenção dos profissionais em pedagogia, bastante assentados em algumas psicologias, que passaram a organizar as instituições educacionais para a infância em espaços onde "a tendência geral era os berçários e creches estarem voltados para o assistencialismo (cuidar-alimentar) e as pré-escolas para o 'educar' (treinar habilidades)" (MACHADO, 2002, p. 22). "A verdade é que os programas pré-escolares, tendo em vista essa preocupação com a escolarização precoce, tem se desenvolvido numa linha muito mais cognitiva e, como se não bastasse essa restrição, se desenvolvem mal

nesse aspecto" (CAMPOS et al. 1980, p. 39). Nessa linha, os bebês se mantém em um não-lugar na creche, já que necessitam de cuidados que ultrapassam o desenvolvimento cognitivo.

Considerações finais

A ênfase na racionalidade e no discurso intelectual, em contraposição ao afetivo, fez com que a pedagogia, precisando se sustentar enquanto ciência no paradigma positivista – já que ele lançava as bases para os conhecimentos que se pretendiam científicos – privilegiasse a educação das crianças de 3 a 6 anos, porque elas poderiam responder ao ensino proposto, considerado profissional. Como efeito dessa valorização dos maiores, os pequenos poderiam ficar relegados a cuidados com o corpo físico.

Desde a Constituição de 1988, documentos oficiais foram construídos com o objetivo de referenciar e delimitar o trabalho com crianças de zero a seis anos. Além disso, todo município e estado brasileiros puderam construir suas próprias balizas, sempre submetidas àquelas provindas do Ministério da Educação, bem como as creches e pré-escolas particulares o podem fazer no interior de seus projetos políticos pedagógicos. Os documentos mais atuais produzidos pelo Estado são as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil", publicada em 2006, e os "Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil", de 2010.

O documento "Critérios para um atendimento em creche que respeite os direitos da criança", publicado em 2009, é específico para o atendimento de crianças em creches e é dividido em duas partes: a primeira trata de critérios de organização e funcionamento das creches, propondo práticas concretas com as crianças, e a segunda discorre sobre diretrizes políticas e programas de financiamento de creches. Algumas das orientações feitas nesse documento privilegiam o afeto no encontro professora e criança, bem como a atenção à singularidade da criança. Um dos grupos de critérios intitula-se: "nossas crianças têm direito à atenção individual". Embora forneça orientações gerais para crianças de zero a três anos – ainda que não atentando para a especificidade do encontro professora e bebê – leva em conta aspectos importantes para a construção do laço primordial. De qualquer maneira, dentre os dezesseis documentos publicados no Portal do MEC, apenas esse é específico às creches, endossando o que apontamos no início desse artigo, a

relembrar: o encontro entre professora e bebê até os 18 meses continua carecendo de balizas profissionais que levem em conta as especificidades desse momento da vida psíquica do sujeito e que começaram a ser apontadas na década de 1980. Pensamos que tal panorama pode se modificar se os aspectos da subjetividade de professor e bebê forem levados em conta para a produção desse encontro, tão fundamental desde que as creches se apresentaram como um apoio às mulheres trabalhadoras ao mesmo tempo em que foram se constituindo em um lugar para o desenvolvimento das crianças.

Referências

AGUIAR, B. A instituição creche: apontamentos sobre sua história e papel. **Nuances**: Estudos sobre Educação, (7)7, 2009, 30 – 35.

ALMEIDA, S. F. C. Psicanálise e educação: revendo algumas observações e hipóteses sobre uma (im)possível conexão. **Anais do III colóquio do Lepsi**. São Paulo: Ipusp, 2002.

ANDRADE, L. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. (Tese de doutorado). Unesp, Franca, 2009.

BARBOSA, R. **Discursos e trabalhos parlamentares**. Obras completas. Vol. IX, tomo II. Rio de janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

CAMPOS, M. ; PATTO, M. ; RICCI, C. A creche e a pré-escola. I **Conferência Nacional de Educação**. PUC/SP, 1980.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. São Paulo: Graal, 1999.

DIWAN, P. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2011.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. Pilotti, F., & Rizzini, I. (org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud). Rio de janeiro: Imago, 2006 (Originalmente publicado em 1905).

FILHO, A. J. A; LOURENÇO, L. H. S. C.; PORTO, F. R. Fac-símile. Anna Nery R. **Enfermagem, v.**11, 2007.

FULY, V.; VEIGA, G. Educação infantil: da visão assistencialista à educacional. **Revista Interfaces da Educação**. 2012, p. 86-94.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). **Cadernos de pesquisa**, v. 8. 1991, p. 17-26.

KUPFER, M. C. M. O sujeito na psicanálise e na educação: bases para a educação terapêutica. **Revista Educação e Realidade**, 35(1), 2010, p. 265-281.

KUPFER, M. C. M.; LERNER, A. B. Retratos do mal estar contemporâneo na educação infantil. VOLTOLINI, R. (org.). **Retratos do mal estar contemporâneo na educação**. São Paulo: Escuta. 2014.

LACAN, J. **O seminário, livro XX:** mais, ainda. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1982 (Originalmente publicado em 1970).

LAZZARINI, E. R.; VIANA, T. C. O corpo em psicanálise. **Psicologia**: teoria e pesquisa. Brasília, 22(2), 2006, p. 241-250.

MACHADO, M. L. A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil Colonial: 1726-1950. Freitas. M. (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARIOTTO, R. M. M. A função do educador de creche no desenvolvimento e educação de bebês em creche. **Anais do VII Congresso Nacional de Educação**, Educere. Curitiba: Champagnat, 2009.

MEDEIROS, H. R. F. O passado e o presente da puericultura através da história do instituto de puericultura e pediatria Martagão Gesteira. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da Anpuh.** São Paulo, 2011.

NÓBREGA, M. D. S.; BRITO, A. P. F.; MARIANO, S. R. A roda dos expostos na cidade da Parahyba (1857-1874*)*. **Anais do IV Congresso Internacional de História**. Maringá, 2009.

OLIVEIRA, C. A. H. S.; ANDRADE, L. B. P.; ANDRADE, M. A. R. A. A política de atendimento à infância no Brasil. **Educação em revista**. (2), 2008, p. 1-20.

OLIVEIRA, Z. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREZ, J. R.; PASSONEP, E. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, 40(140), 2008, p. 649 – 673.

ROSEMBERG, F. A educação da criança pequena, a produção de conhecimento e a universidade. **Cadernos Anped**, (1), 1989, p. 57-64.

TORRES, L. H. **A casa da roda dos expostos na cidade de Rio Grande**. Rio Grande: Biblos, 2006.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas**: assistência a crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus editora, 1999.

VOLTOLINI, R. Poder, impotência e impossível no discurso pedagógico. In: ALMEIDA, S. F. C.; KUPFER, M. C. M.(org.). **A psicanálise e o trabalho com a criança-sujeito**. Rio de janeiro: Wak editora, 2011.

Recebido em Dezembro de 2023
Aprovado em Dezembro de 2024